

# Abertura

## Pinheiro, uma espécie cada vez mais rara na paisagem da região

**Ambiente** Durante décadas foi uma árvore “omnipresente” na paisagem da região. Fustigado pelos fogos, pelo nemátodo e pela massificação do eucalipto, o pinheiro está hoje, fora do perímetro das matas nacionais, confinado a pequenas manchas. Há mesmo quem tema o seu desaparecimento

**Maria Anabela Silva**  
anabela.silva@jornaldeleiria.pt

No final da década de 80 do século passado, Leiria, Ourém e Pombal, três dos concelhos da região com maior mancha florestal, somavam cerca de 67 mil hectares de pinheiro-bravo. Trinta anos volvidos, essa área caiu para pouco mais de 47 mil hectares (menos 30%), de acordo com o último Inventário Florestal Nacional (IFN), divulgado no ano passado. Elaborado com base em dados de 2010, esse relatório deixa, no entanto, de fora a redução da mancha de pinheiro registada nos últimos anos, devido não só aos incêndios e ao nemátodo, mas também à falta de gestão florestal, que tem permitido que o eucalipto esteja, de forma galopante, a ocupar terrenos, onde, até há pouco tempo, o pinheiro era ‘rei’.

A nível nacional, os dados não deixam margem para dúvidas: o eucalipto é hoje a espécie que mais área ocupa na floresta portuguesa, com 812 mil hectares, que correspondem a cerca de 26% do total do espaço arborizado, revela o último IFN. O sobreiro é a segunda, com 737 mil hectares, enquanto o pinheiro-bravo aparece apenas na terceira posição, com 713 mil hectares. Comparando estes dados com o anterior IFN, que remonta a 1995, verifica-se uma “forte redução” da área de pinheiro-bravo, que cai 13%, ou seja, menos 263 mil hectares. Destes, 165 mil transformaram-se em matos e pastagens e 70 mil em eucaliptais.

Na região, e de acordo com a aquele inventário, há cinco anos, o pinheiro-bravo ainda dominava, ocupando uma área com cerca de 101 mil hectares, enquanto o eucalipto totalizava perto de 65 mil hectares. No entanto, estes números estão, hoje,

desatualizados, face ao processo de “massificação do eucalipto” em marcha, alerta Mário Oliveira, presidente da Oikos (Associação de Defesa do Património e do Ambiente da Região de Leiria). Veja-se, a título de exemplo, os primeiros dados sobre o novo regime jurídico aplicável às acções de arborização e re-arborização, em vigor desde Outubro de 2013. Nos oito meses seguintes, entraram no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas 2030 pedidos de arborização no concelho de Leiria, que previam a florestação de 159 hectares de terreno, 129 dos quais com eucalipto.

Percorrendo os concelhos da região facilmente se percebe que, com excepção das matas nacionais, o pinheiro-bravo é, cada vez mais raro. A zona do Pinhal Interior Norte, região que abrange vários municípios do distrito e que deve o seu nome à predominância do pinheiro, está hoje transformada num imenso eucaliptal, com as áreas de pinhal destruídas pelos incêndios, registados nos últimos anos, a serem replantadas com eucalipto, à semelhança do que aconteceu em concelhos como Leiria, Ourém ou Pombal.

**“Tragédia florestal regional”**  
“O pinheiro [bravo] está progressivamente empurrado para ‘guetos’ sendo substituído por eucalipto, que hoje domina a paisagem e ocupa os solos”, afirma Mário Oliveira, que fala mesmo em “tragédia florestal regional”. O ambientalista sublinha as consequências deste processo ao nível da erosão dos solos, da perda de biodiversidade e na “exiguidade” dos recursos hídricos. “Se não se pôe travão, daqui a uns anos, com a actual liberalização da plantação de eucaliptos, teremos uma paisagem monótona e triste, com os

### Os números

263

mil hectares de pinheiro perderam-se no País, entre 1995 e 2010. A maior parte desta área (165 mil hectares) transformou-se em matos e pastagens, 70 mil em eucalipto e 13 mil em espaços urbanos

101

mil hectares era a área da região (distrito e concelho de Ourém) que, em 2010, estava ocupada com pinheiro-bravo. Em 1995, eram 107 mil hectares

23

por cento foi quanto aumentou, entre 1995 e 2010, a área da região ocupada com eucalipto, passando de 50 mil para quase 65 mil hectares

solos esgotados e sem produtividade, mesmo para o eucalipto”, adverte.

Também Octávio Ferreira, engenheiro silvicultor, teme pelo futuro do pinheiro-bravo na região. Num artigo de opinião publicado na semana passada no JORNAL DE LEIRIA, o técnico chamava a atenção para o facto de, fora da mancha litoral da região, onde se incluem as matas nacionais (Leiria, Urso e Pedrógão), restarem apenas “alguns núcleos de pinheiros e árvores adultas isoladas, dispersas pela cada vez maior área de eucaliptal”.

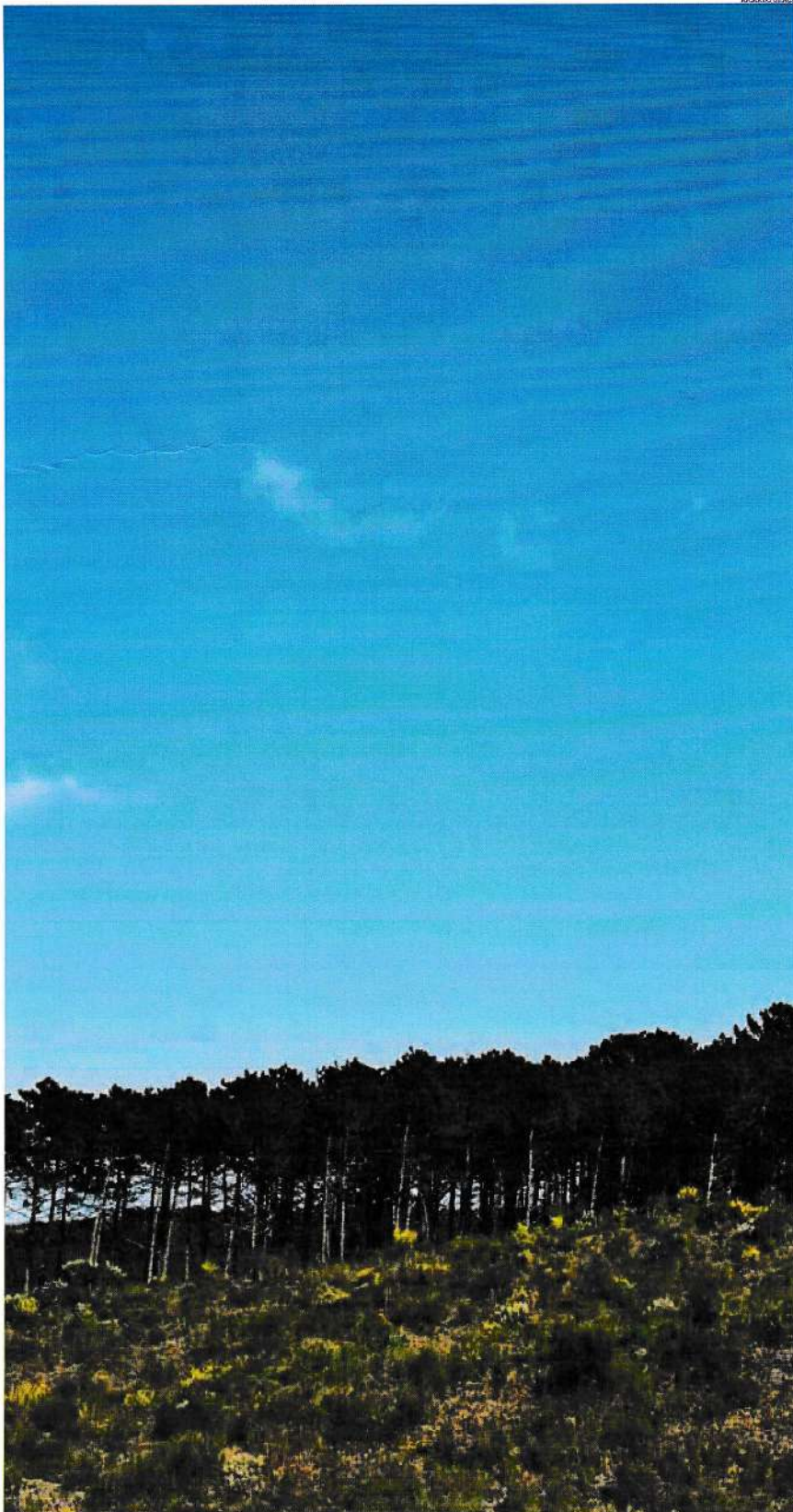
A par da eucaliptização e dos incêndios, Octávio Ferreira aponta o problema do nemátodo, ainda longe de se encontrar controlado. “Está à vista de todos uma enorme quantidade de pinheiros secos em pé, a apodrecer lentamente e outros a secar, a atrair insectos e a infestar cada vez mais área de pinhal envolvente, designadamente em redor de Leiria, ao longo da A1 e nos campos. Pelo que o pinhal da região tenderá, naturalmente, a desaparecer”, denuncia aquele engenheiro silvicultor. No seu entender, “se medidas urgentes não forem tomadas e, sobretudo, executadas, o pinheiro-bravo adulto será, provavelmente, uma mera e bela recordação de tempos recentes”.

### Pôr o pinheiro a render por volta dos dez anos

Mais optimista é a visão de Pedro Serra Ramos, presidente da Direcção da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA). Embora admita que a possibilidade de desaparecimento do pinheiro “ainda é uma preocupação”, o dirigente acredita no sucesso dos “esforços que começam a surgir” para reverter o processo. E dá como







RICARDO GRASA

## Novo regime jurídico Eucalipto domina pedidos de arborização

Durante os primeiros oito meses de funcionamento do novo regime jurídico aplicável às acções de arborização e re-arborização, em vigor desde Outubro de 2013, o eucalipto dominou os pedidos de arborização. De acordo com dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), naquele período foram autorizadas acções de florestação para 5.687 hectares, a maioria (5.241 hectares) a ocupar com eucalipto. Segundo o ICNF, Leiria foi o concelho do País com maior número de pedidos de arborização ao abrigo do novo regime jurídico. Nos primeiros oito meses, aquele organismo recebeu 203 processos referentes ao concelho de Leiria, que previam a arborização de 159 hectares de terreno, 129 dos quais com eucalipto. Desses pedidos, o ICNF já deu luz verde para a plantação de 88 hectares, sendo que em 83%

dessa área (73 hectares) a florestação será feita com recurso a eucalipto. Estes dados, divulgados em Setembro passado, não surpreenderam a Quercus e revelaram, segundo a associação ambientalista, um “aumento desenfreado” das monoculturas de eucalipto. Na ocasião, Domingos Patacho, então presidente do núcleo de Ourém da Quercus, chamava a atenção para o facto de “94% das re-arborizações” serem feitas com aquela espécie. “São valores muito elevados. Essa eucaliptização é feita à custa do pinheiro-bravo e de outras espécies e de zonas agrícolas, que agora são ocupadas com eucalipto. A paisagem de ‘mosaico’, onde as áreas de floresta intercalavam com terrenos agrícolas, deu lugar à monocultura, o que facilita a propagação dos incêndios”, advertia.

exemplo o projecto-piloto que a associação, em parceria com várias entidades, está a desenvolver em Penela e que pretende “provar que é possível tirar rentabilidade do pinheiro mais cedo” e que este pode ser uma “alternativa” ao eucalipto.

Num artigo publicado no ano passado pelo jornal *Público*, João Soares, ex-director-geral das Florestas, explicava que, num ecossistema com níveis de precipitação superiores a 800 milímetros por ano, um hectare de eucalipto pode render, ao fim de dez anos, quatro mil euros. Num pinhal são necessários 35 anos até que se possa aproveitar madeira de qualidade para mobiliário.

Ora, é precisamente essa realidade que o projecto-piloto da ANEFA pretende contrariar. Pedro Serra Ramos explica que o objectivo é aplicar “modelos de silvicultura e gestão florestal diferentes daqueles que são usados habitualmente, com recurso a regeneração natural ou sementeira”. Dessa forma, gera-se “um povoamento com uma grande densidade de árvores por hectare”, que permitirá fazer um primeiro corte aos “dez ou 12 anos”, para desbaste, com “o aproveitamento desse material para a produção de pellets”. Segundo o presidente da ANEFA, cinco anos depois poderá fazer-se um novo desbaste, com as árvores a servirem para alimentar o sector dos postes de madeira. “A partir dos 18 anos, será possível retirar

madeira para aglomerados e celulose que ainda use pinheiro, ficando a último corte para madeira de qualidade”, acrescenta o dirigente, que acredita que, desta forma, o pinheiro pode tornar-se “mais competitivo do que o eucalipto”.

Também Pedro Cortes, engenheiro agrónomo de Ourém, acredita que ainda é possível travar o “desaparecimento” do pinheiro e inverter a “eucaliptização selvagem, que já nem às próprias celuloses interessa”. É que, os “solos ficam de tal forma esgotados, que as segundas, terceiras e quartas gerações de árvores [eucalipto] vão perdendo interesse comercial”, acrescenta o presidente da Oikos.

Ora, “como se consegue instalar em solos degradados e pobres, o pinheiro pode ser usado como espécie pioneira nesses solos, melhorando-os progressivamente até que outras árvores se possam instalar”, nota Pedro Cortes. Este engenheiro agrónomo enaltece também as virtualidades da resinagem, actividade que promove “a presença humana na floresta durante o Verão”, ajudando na “vigilância e na detecção de incêndios” e a combater o abandono das florestas. “É importante que se aposte, a sério, na resinagem”, defende o especialista, que considera o pinheiro-bravo “essencial” à floresta, pela questão económica, mas também como “fonte de biodiversidade”.

“Havia um conjunto de ecossistemas, associados a linhas de água existentes nos pinhais, que desapareceram por força da eucaliptização, que provocou o assoreamento desses cursos de água”, lamenta Pedro Cortes. E, dessa forma, também se “perdeu valor económico, porque a diversidade biológica atrai turismo”, frisa Mário Oliveira.

**A nível nacional, entre 1995 e 2010, a área do pinheiro caiu 13% perdendo 263 mil hectares**



## Abertura



INSCRIÇÕES ABERTAS

FORMAÇÃO  
2015



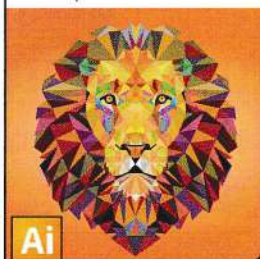
Adobe Photoshop  
(Tratamento de imagem)

20h | 8 abril  
4ª e 5ª  
- 19:00 > 23:00



WORKSHOP AUTO  
MAQUILHAGEM

4h | 18 abril  
sábado  
- 14:00 > 18:00



Adobe Illustrator  
(Desenho Vetorial)

20h | 4 maio  
2ª e 3ª  
- 19:00 > 23:00

PARTICIPE JÁ  
NO NOSSO INQUÉRITO

[www.cps-ci.com/inquerito](http://www.cps-ci.com/inquerito)

GANHE  
50% DESCONTO  
EM FORMAÇÃO

tel: 244 820 630  
[formacao@cpsconsultores.pt](mailto:formacao@cpsconsultores.pt)

[www.cps-ci.com](http://www.cps-ci.com)

Empresários falam em ameaça "séria" ao futuro do sector da madeira e mobiliário

# Falta de pinho obriga indústria a importar matéria-prima



"Para fazer floresta, é preciso plantar árvores e não queimar as que existem", diz Vítor Poças

Maria Anabela Silva com RSS  
[anabela.silva@jornaldeleiria.pt](mailto:anabela.silva@jornaldeleiria.pt)

A floresta de pinheiro "é manifestamente insuficiente para as necessidades" da indústria de serração e mobiliário, o que faz com que o País esteja já a importar madeira ou a substituir o pinho por outras espécies, como o carvalho, a cerejeira ou o eucalipto, que não têm a mesma "versatilidade de uso". Quem o diz é Vítor Poças, presidente da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP), que considera que a redução da área de pinheiro registada nos últimos anos, "é uma ameaça à sobrevivência das empresas do sector".

O pessimismo de Vítor Poças é partilhado por Paulo Verdasca, administrador da Madeca, empresa de Ourém que se dedica ao fabrico de paletes. O industrial lembra que, "desde o final dos anos 80", Portugal "perdeu cerca de 50% da área de pinho", o que "é muito significativo". Paulo Verdasca nota que o problema "afecta todas as regiões" e ameaça "seriamente" o futuro do sector da

transformação de madeiras e "a economia nacional".

No fascículo sobre madeira e derivados da colecção *História da Indústria na Região de Leiria*, publicado recentemente pelo JORNAL DE LEIRIA, Rui Oliveira, administrador do Grupo Valco, sublinhava que a falta de matéria-prima penaliza as empresas, com "o aumento dos custos do pinho, levando mesmo à paralisação de algumas serrações". Até porque, esse acréscimo "não se reflecte no preço de venda, pois começam a surgir no mercado madeiras alternativas e mais baratas".

"Com a insuficiência deste recurso natural, as empresas perdem competitividade", acrescenta Vítor Poças, para quem uma das principais causas do problema são os fogos florestais. "Esta realidade acontece porque se decidiu incendiar o País e as florestas. Cerca de 65% dos incêndios têm origem criminosos. E desses 65%, quase 90% são por dolo", acusa, frisando que "para fazer floresta, é preciso plantar árvores e não queimar as que existem".

O presidente da AIMMP aponta

também o dedo ao sector da produção de *pellets*, que, em vez de usar desperdícios, estar a utilizar "madeira de qualidade retirada directamente da floresta". "Se temos um recurso escasso, devemos fazer um uso equilibrado. Não o podemos usar para queimar, com a produção de *pellets*", afirma.

Por seu lado, Paulo Verdasca, que preside também à Associação Portuguesa da Indústria de Reciclagem de Madeira, lamenta a falta de incentivos à plantação de pinheiro e de divulgação dos apoios existentes. O empresário lembra que uma das "desvantagens" do pinheiro é a questão da remuneração, uma vez leva muito tempo [cerca de 35 anos] a atingir o estado adulto, em que dá rendimento". Mas, nota, "o sobreiro tem esse problema, mas ninguém deixa de investir em montado por causa disso, porque continua a ser árvore mais rentável".

Além do "uso eficiente" da floresta, Vítor Poças defende também a apostar na investigação, com soluções que ajudem a controlar pragas e doenças.

## Criados em Fevereiro Pinheiro 'ganha' centros de competência

Inverter a tendência de declínio da floresta de pinheiro, valorizar a produção de lenhosas e de outros sub-produtos e agregar competências e conhecimentos de natureza científica e técnica são alguns dos objectivos dos recém-criados Centros de Competência do Pinheiro-Bravo e do Pinheiro-Manso e do Pinhão. Integram esses centros, como parceiros, dezenas de entidades, entre serviços da administração pública, associações do sector, câmaras municipais (Prouença-a-Nova e Vouzela) e instituições de ensino (Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Évora, de Coimbra e Nova de Lisboa e a Escola Superior Agrária de Coimbra). No seu *síte*, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas explica que esses centros serão "um espaço de partilha e articulação de conhecimentos, capacidades, competências e recursos, centrado no desenvolvimento de uma agenda de investigação para as sub-fleiras em questão". A sua missão é "promover a cooperação dos agentes económicos com as entidades do sistema científico nacional e com a administração pública para o desenvolvimento e a sustentabilidade das sub-fleiras florestais". O Centro de Competências do Pinheiro-Bravo e do Pinhão ficará sediado na Mata Nacional de Alcácer do Sal e o Centro de Competências do Pinheiro-Bravo reunirá rotativamente em Prouença-a-Nova, Vouzela, Coimbra e Sertã, até definição e decisão do respectivo Conselho Geral.

